

**ATA N. °1/2017**  
**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA**  
**MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA**  
**EM 24 FEVEREIRO DE 2017**

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, pelas catorze horas e quinze minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, de catorze de fevereiro do ano corrente, com a seguinte Ordem de trabalhos:

**Ponto 1 – Apreciação da Atividade Municipal.**

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a reunião cumprimentando os presentes e desejando que a sessão fosse, como muitas outras, produtiva. Passou, de seguida a palavra à primeira secretária, Senhora Lurdes Veiga, a qual saudou os presentes e procedeu à chamada, verificando as faltas justificadas dos Senhores António Froufe e António Balça.

O Senhor Presidente da Assembleia retomou a palavra para discussão e análise da ata da sessão anterior, tendo-se inscrito as Senhoras Lourdes Marinho, Marcolina Sequeira e o Senhor Silva Fernandes.

Ouvidas as intervenções, a mesa consentiu as alterações propostas. O Senhor Presidente da Assembleia colocou a ata a aprovação a qual foi aprovada por maioria com a abstenção do Senhor Fernando Pereira por não ter estado presente.

**Período de antes da Ordem do Dia**

O Senhor Presidente da Assembleia prosseguiu os trabalhos, questionando se algum representante dos grupos de trabalho queria intervir. Inscreveram-se os Senhores Jorge Andrade, Teófilo Anjos e ele próprio.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Jorge Andrade, o qual deu conhecimento da reunião do Conselho Cinegético Municipal. A ordem de trabalhos foi o pedido de anexação dos terrenos de zona de caça associativa Riba Torto tendo sido deliberado por unanimidade, a respetiva anexação.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Teófilo Anjos tendo este dado nota da reunião do Conselho Municipal de Educação realizada a 22 de fevereiro tendo sido discutidos os seguintes pontos:

A – Aprovação das atas anteriores, ambas aprovadas por maioria.

B – Apresentação e análise dos resultados escolares do 1.º período do ano letivo 2016/2017. Ambos os diretores do agrupamento de escolas de São João da Pesqueira e Esprodouro, respetivamente, e à semelhança dos anos anteriores informaram dos resultados considerando-os positivos.

C – Apoios à educação 2016/2017 onde se enquadra o subsídio anual dos alunos do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo, onde a autarquia apoia com os vales escolares melhorando a aquisição desses equipamentos.

D – Aprovação do plano de transportes escolares para o ano letivo 2017/2018 tendo sido aprovado por unanimidade. As alíneas E e F ficaram de ser tratados em próxima reunião.

H – Temática da toxicod dependência dos jovens, o ponto de situação.

Referiu o facto de todos terem presente a missiva apresentada numa reunião de Assembleia Municipal, aprovada por unanimidade e enviada a várias entidades. A resposta obtida foi somente a darem conhecimento da sua receção. Informou que a CRI de Vila Real fez uma parceria com o Agrupamento de Escolas, com Esprodoiro e CLDS para reforçar o policiamento junto às escolas e cafés tendo como princípio combater o álcool e as drogas. Na reunião do Concelho Municipal de Educação foi-lhes dito que o posto da GNR de São João da Pesqueira só tinha ao serviço, atualmente, 17 efetivos sendo poucos militares para conseguirem levar a cabo todas as ações, nomeadamente contra esse flagelo do álcool e toxicod dependência. Em representação da GNR de São João da Pesqueira esteve presente o Cabo Chefe Carvalho, informando ter sido feito os possíveis para controlar estas situações, tornando-se difícil devido ao número de militares efetivos do posto.

O Senhor Presidente da Assembleia informou remeter a missiva para o período de antes da ordem do dia para ser votada.

Em relação ao grupo de trabalho do ACES, representado pelo Senhor Enfermeiro Francisco Simão, mencionou ter em arquivo, quer em formato digital, quer em formato papel os problemas de saúde identificados como mais relevantes no Douro Sul, designadamente a doença cerebrovascular, excesso de peso, obesidade, alteração de metabolismo dos lípidos, diabetes, doença crónica do fígado, cirrose e tumor maligno no estômago. Os determinantes em saúde são os estilos de vida no Douro. Obesidade, excesso de peso, abusos do tabaco e do álcool. Informou dos resultados de um inquérito feito a alunos do sétimo, nono e décimo segundo anos sobre consumo de tabaco, cerca de 85,8% são não fumadores e fumadores, destes cerca de 64,2% frequentam o nono ano (as turmas dos cursos vocacionais estão aqui incluídas), 28,3% do 7.º ano. Atualmente todos os utentes do concelho têm médico de família, a médica ao serviço, mais recente, tem 1400 utentes afetos a ela. Referiu haver uma nutricionista que vai dar consultas uma vez por mês e em breve haverá consultas de cessação tabágica.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para esclarecerem dúvidas, inscrevendo-se os Senhores Silva Fernandes, Sebastião Mesquita e a Senhora Lourdes Marinho.

Passada a palavra ao Senhor Silva Fernandes este lamentou a informação dada do Concelho Municipal de Educação. Disse ser grave tudo isto, pois a ausência de guardas não pode justificar a situação.

O Senhor Sebastião Mesquita cumprimentou os presentes dando nota que recebeu a carta do Concelho Municipal Cinegético no próprio dia da reunião.

A Senhora Lourdes Marinho na sua intervenção disse que o número de guardas não pegar com ninguém, "se quiserem trabalhar tanto faz dezassete como seis", mas os guardas só podem atuar se apanharem alguém em flagrante.

O Senhor Presidente da Assembleia retomou a palavra passando à correspondência recebida. Citou ter recebido correspondência dita regular e justificações de falta. Receberam também uma carta referenciando o caminho agrícola em Vilarouco e um email do Senhor Silva Fernandes a dizer que a Câmara não trabalhou no dia 2 de janeiro, mas que os telefones tinham mensagem, quem não soubesse do encerramento dos serviços, ficava sistematicamente a ouvir a mensagem.

O Senhor Norberto Vieira interrompeu questionando se a carta estava assinada.

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu não estar, e como tal, não podia dar seguimento a assuntos de cartas não subscritas.

O Senhor Presidente da Assembleia passou ao período de antes da Ordem do Dia, abrindo inscrições, dizendo também estar inscrito. Inscreveram-se para este período as Senhoras Lourdes Marinho, Marcolina Sequeira, Anabela Lopes e os Senhores Sebastião Mesquita, Silva Fernandes, Vítor Tomé, Vítor Monteiro, Eduardo Coelho, Fernando Pereira e Norberto Vieira.

Passou, de seguida, à leitura da missiva aprovada pelo Conselho Municipal de Educação, que se passa a transcrever:

“

### MISSIVA

Hodiernamente, segundo Ana Luiza Tieghi, o consumo de álcool e substâncias psicoativas por adolescentes é especialmente perigoso, numa época de imensas mudanças, tornando os jovens, que ainda são seres em formação, vulneráveis à atratividade das drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas.

O uso e abuso ilícito de álcool e drogas, que se verifica no nosso concelho, tem uma relevância alarmante afetando a sociedade em vários domínios, essencialmente o social.

A falta de informação e comunicação fidedigna pode estar a contribuir para que o consumo se faça sem se entenderem os malefícios a curto e longo prazo.

O consumo de substâncias psicoativas, como as contidas no tabaco, álcool e outras drogas alteradoras de consciência, pode provocar problemas no desenvolvimento dos jovens e causar transtornos que os seguirão pelo resto da vida.

As atividades preventivas na comunidade e em particular nas escolas, a nível local, são praticamente inexistentes.

A família que vive com este flagelo, na maior parte das vezes, refugia-se no silêncio e, sendo o seu uso tão vulgar no meio que a rodeia, acaba por não entender a destruição que pode causar, pois a tendência é a de conformar-se com o que vê diariamente, levando mesmo a olhar para essas situações como naturais.

Este plenário, Conselho Municipal de Educação, produziu um texto que foi levado à Assembleia Municipal, tendo sido remetido para as entidades competentes, sendo que as respostas foram essencialmente e, em síntese, que tomaram o devido conhecimento e reencaminharam.

Permite-nos insistir num dos pontos aqui discutidos anteriormente, que entendemos não ter ainda obtido resposta enquanto contributo para a radicalização do uso de álcool e substâncias psicoativas, designadamente no ponto 4 - Pedido de um reforço na vigilância policial das escolas, concretizado através de um aumento dos Recursos Humanos da Guarda Nacional Republicana no concelho.

Assim, propomos que, mais uma vez, seja solicitada à Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira o contacto com os vários organismos, a fim de se apelar às entidades nacionais, regionais e locais que assumam um maior compromisso na prevenção e combate destas problemáticas.

O Conselho Municipal de Educação de S. João da Pesqueira

22 de fevereiro de 2017

”

O Senhor Presidente da Assembleia ausentou-se, ocupando o seu lugar na mesa a primeira secretária Senhora Lurdes Veiga.

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra à Senhora Lourdes Marinho.

A Senhora Lourdes Marinho apresentou um trabalho que se passa a transcrever:



“

### Homenagem Póstuma

Evocar o Doutor Mário Soares é um dever, uma forma de gratidão e uma saudade. Nascido numa família burguesa, escolheu o caminho mais difícil a luta pela liberdade dos seus concidadãos. Perseguido, preso, desterrado e exilado, adquiriu uma cultura política e um reconhecimento internacional ímpar. Nem a perseguição, nem a privação da liberdade foram eficazes para que abdicasse ou renegasse as suas convicções políticas, filosóficas ou religiosas.

Enfrentava as adversidades não vacilando, seguindo em frente rumo ao objetivo traçado – a liberdade e a democracia.

Quando o Golpe Militar de 25 de abril abriu caminho ao desenvolvimento de um processo revolucionário que muitos duvidavam do seu êxito, o Doutor Mário Soares, foi o primeiro exilado a chegar a Santa Apolónia, no comboio a que chamaram “da liberdade”, sem pensar nas consequências que podiam advir-lhe com o seu regresso.

Conhecedores do seu passado político, o Movimento das Forças Armadas, fez dele a figura alternativa e válida para o exercício do poder em Lisboa.

O Regime Democrático, em construção, não tinha tradição em Portugal, podendo resvalar para o regresso à ditadura bem consolidada, ou a uma ditadura de esquerda ansiosa por se instalar.

A grande preocupação de todos os Portugueses era o receio a um destino incerto, mas ao mesmo tempo, um incentivo à luta política.

Conhecedor das tibiezas do Povo aculturado e despolitizado, o propósito de Mário Soares foi conduzir-nos, apoiando-se na sua ambição, na sua ousadia e no sentido de destino, conduziu-nos fazendo-nos acreditar que as lutas são um incentivo, as derrotas são transitórias, as vitórias são efémeras e que a política não é uma obrigação, mas sim um prazer.

Implacável na luta política tornou-se o político mais popular do país.

Como bom estadista esteve sempre à frente do seu tempo, observava o futuro na consciência do Povo que o apelidou de “o pai da democracia”.

Intuitivo, realista, fiel à sua ideologia e lutador, deu à democracia regras e práticas de um viver normal a tal ponto que, o nosso País foi e é o melhor exemplo de convivência democrática para o mundo.

A forma especial de relacionamento com cada português e o seu prestígio internacional, fizeram com que Portugal fosse considerado mundialmente e tivesse dimensão nesse mesmo mundo.

O Doutor Mário Soares merece o nosso mais profundo respeito e um lugar na História como Humanista que conseguiu convencer os Portugueses de que todos foram combatentes na luta pela liberdade conquistada.

”

De seguida, propôs um voto de silêncio ao Doutor Mário Soares e em nome da Assembleia que o Senhor Presidente da Assembleia endereçasse as condolências à sua família.

O Senhor Presidente da Assembleia, retomou aos trabalhos passando a palavra à Senhora Marcolina Sequeira.

A Senhora Marcolina Sequeira aludiu que as sessões de Assembleia são abertas ao público, as atas estão disponíveis para quem as quiser ler e quando discorda do Executivo, discorda dos procedimentos. Não é sua intenção pôr em causa as pessoas porque as estima. Foi confrontada na rua com aquilo que disse na última



reunião e, entendo tal ato como desagradável entendendo como inconveniente a forma como as coisas passam para fora. Teve acesso aos resultados dos procedimentos concursais. Achou, da parte do júri, haver um ato de desinteligência. Podiam classificar também outros concorrentes com nota positiva e aquando da entrevista fazer as discriminações.

O Senhor Sebastião Mesquita começou por referir ter dúvidas em relação a alguns assuntos. Relembrou o Senhor Presidente da Assembleia, como Diretor da escola profissional de ter ficado de trazer no início do ano o ponto de situação da escola. Ficou admirado da existência de um novo Diretor do Museu, já que há 3 anos foi criado um posto de trabalho para Diretor de Museus e Bibliotecas. Quanto aos concursos ficou pasmado, cinquenta pessoas a concorrer e só cinco passaram. Referenciou a questão de um funcionário do Município estar a exercer funções sem auferir remuneração. Fez a proposta de colocar o busto desse funcionário no fontanário, por ser tão benemérito e que se fosse preciso dava as senhas de presença para que o busto fosse colocado. É de louvar, não há funcionários como este. Em relação à estrada do Vilarouco é a favor de todos os alargamentos, mas deviam informar a Assembleia dos valores e como estão a ser executados. Gostava que o Conselho Municipal de Educação falasse dos abrigos das escolas, quando chove as crianças se molham.

O Senhor Silva Fernandes registou com alguma preocupação as palavras da Senhora Marcolina Sequeira. Não lhe passava pela cabeça alguém desta casa ou desta Assembleia pensar que ele era contra alguém. Na qualidade de Membro eleito tem o direito de expressar o que pensa, tentando transmitir ou expressar o que pensam os eleitores. Alertou para o facto de as fotografias na página do Município estarem com os nomes trocados. Referiu a notícia de desenvolvimento no Douro, concretamente no concelho de Tabuaço, podendo todos beneficiar. Tabuaço vai ter um investimento de oitenta e cinco milhões, se calhar por esse investimento vamos ter a ligação à A24. Não sabe se o Município está metido nisso, Penedono está. Penedono e Tabuaço são muito falados e preocupa-o o facto da Pesqueira ficar para trás. Gostava de saber qual o ponto de situação da vinda dos deputados ao concelho e se a designação da Promopesqueira já foi alterada. Quando estará concluída a monografia de São João da Pesqueira? Para quando está prevista a colocação das placas nos terrenos e edifícios públicos? A colocação da sinalética do concelho está parada. Para quando a sua retoma? Para quando também, as obras e desvio para os Pereiros? O levantamento dos terrenos baldios e as obras nas Bateiras? Concluiu a sua intervenção informando que o Governo instituiu o orçamento participativo nas escolas. Entregou à mesa um folheto do orçamento participativo de Penedono. Não vale a pena andar a adiar, o orçamento participativo vai tornar-se realidade.

Passada a palavra ao Senhor Vítor Tomé este cumprimentou os presentes começando por referir nunca ter visto o concurso da obra do Vilarouco. Quanto aos procedimentos concursais tem dúvidas se decorreram dentro da legalidade, já que no índice de Transparência Municipal, o Município está em 253.º lugar. Questionou quais as contrapartidas à EDP já que a colocação dos postes está concluída. Em relação à CPCJ perguntou se não deveria chegar à Assembleia um relatório anual de atividades. Referiu a rua Direita se encontrar sem os mecos, podendo qualquer pessoa passar por lá e qualquer dia a rua estar abandonada. O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Vítor Monteiro.

O Senhor Vítor Monteiro cumprimentou os elementos da Mesa, Executivo e colegas. Felicitou a Senhora Lourdes Marinho pelas palavras proferidas em louvor ao Doutor Mário Soares. Lembrou um assunto já por ele falado em sessão de Assembleia, a falta de passeio junto ao Senhor António Toscano. O canteiro foi



retirado, facilitando a passagem, mas seria melhor anular parte do canteiro e empedrar. Falou também do muro existente, e dada a sua altura considerável, não ter qualquer resguardo.

O Senhor Eduardo Coelho cumprimentou os presentes questionando o Executivo se já tinha dado andamento à sua proposta na sessão de dezembro. Pediu ajuda para que os limites da sua freguesia, Nagoselo do Douro, fossem retificados porque desde 2009 ficaram sem alguns hectares passando estes para Soutelo e Pesqueira. Os agricultores pedem para compor os caminhos, a Junta faz os melhoramentos, mas na realidade, não são propriedade de Nagoselo do Douro.

O Senhor Fernando Pereira saudou os presentes dizendo sentir saudades de estar presente numa Assembleia. Começou por referir a existência de falhas nas marcações das vias e, em dias de nevoeiro ser complicado. Não se pode argumentar que a responsabilidade não é nossa, pois quem circula nelas somos nós, tendo a obrigação de zelar pela nossa segurança. Questionou o valor real da dívida às Aguas do Norte, parecendo-lhe importante a Assembleia saber, já que a dívida a terceiros vai subindo. Relativamente aos concursos, não vai pôr em causa os escolhidos, mas perante os resultados criam-se dúvidas, abrindo espaço para discussões.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra solicitada pelo Senhor Norberto Vieira que perguntou se a ASDOURO e Esprodouro funcionam as duas ou uma e se a Promopesqueira está em funcionamento, pois não tem conhecimento de atividade nenhuma.

O Senhor Joaquim Monteiro tomou a palavra e com algum sentimento disse valer a pena ter voltado à política ativa, para nesta Assembleia assistir a situações que até ao momento eram impensáveis. Continuou referindo ter passado muito na política, principalmente quando era da oposição. Assistiu a pessoas fazerem comentários sobre os concursos, não se lembrando do passado, pois quando ia entrar na sala para as reuniões de Câmara escondiam-lhe os documentos. Discorda de muita coisa nos concursos, mas os métodos de antigamente são os mesmos de agora. "Há muita gente bem na vida, não só nas Autarquias, mas em outras entidades à custa da política. É pena encontrarmo-nos em pré-campanha e apareçam aqui membros a ferver". Com a saída do Senhor Presidente da Câmara, aquele a quem a Assembleia fez uma homenagem fez o mesmo processo. Foi embora, mas deixou muita gente bem, fê-lo de outra forma, com menos transparência. Os concursos foram realizados com transparência a mais, na sua opinião. Tem a consciência do Município ter admitido, ao longo dos anos pessoas a mais, referindo haver bons técnicos na Autarquia devendo ser aproveitados. Parabenizou a ideia do Senhor Presidente em dar emprego aos jovens do concelho, eles também merecem, mas não podem ser todos. Concorda com a Senhora Lourdes Marinho nas palavras ao Doutor Mário Soares, se não fosse eles não estariam na Assembleia, nem sequer eram eleitos. Finalizou a sua intervenção referindo ter uma situação do arco da velha em relação aos limites de Ervedosa. Lamenta o facto das Assembleias de Freguesia não se reunirem e resolverem as situações referentes aos limites das freguesias, daí existir um processo administrativo com a Assembleia de Freguesia de Soutelo do Douro.

A Senhora Anabela Lopes cumprimentou os presentes, subscreveu na íntegra as palavras da Senhora Lourdes Marinho ao Doutor Mário Soares. Relatou estar toda a gente indignada quanto aos procedimentos concursais. O comportamento tendencioso do Executivo em favorecer alguns Municípios, mas a Assembleia teve a culpa ao aprovar o mapa de pessoal, tem a consciência tranquila, pois votou contra. Pediu justificação relativamente às classificações serem disparemas umas das outras.

O Senhor Presidente da Assembleia ia colocar a missiva a votação, mas foi interrompido pela Senhora Lourdes Marinho dizendo que no seu ponto de vista o texto não devia ter "propor", mas sim "exigir que os vários organismos dessem resposta" porque a proposta já fora aceite para o envio da última missiva.

O Senhor Presidente da Assembleia dirigindo-se à Senhora Lourdes Marinho disse terem recebido respostas a dar conhecimento da receção da missiva por parte de todas as entidades.

O Senhor Silva Fernandes questionou quais as entidades para quem a missiva anterior foi enviada.

O Senhor Presidente da Assembleia disse ao Senhor Silva Fernandes que remetia, por email as entidades em questão. Referiu ainda não podermos exigir nada, pois tinham de perceber que resultados pretendiam. Há resultados que não se conseguem ver. Revelou que os NIC apreenderam substância ilícitas em frente aos bombeiros na semana passada. Alertou para o facto de desconhecem quais os procedimentos, pois pode prejudicar as ações da GNR. Esta missiva é para reforço de agentes. Colocada à votação, foi aprovada por maioria, com a abstenção da Senhora Lourdes Marinho.

A Senhora Lourdes Marinho fez declaração de voto que se passa a transcrever:

- "
- 1 - Conhecedora da forma como todas as entidades se despacham dos assuntos, quando estes são de difícil solução;
  - 2 - A Assembleia Municipal já deu o seu aval ao Conselho Municipal de Educação na pessoa do seu representante para que o trabalho iniciado o ano passado, tenha prosseguimento;
  - 3 - Os promotores destas reuniões já tiveram tempo para apresentar resultados das ações realizadas junto dos jovens, para minorar estes desgastes graves na nossa juventude, à Assembleia Municipal;
  - 4 - Propor à Assembleia o já proposto é não querer fazer nada, ou querer ver passar, no tempo, estas problemáticas.
  - 5 - Não percebo o que querem que a Assembleia aprove, pois desconhecemos quais os organismos contactados pelo grupo de trabalho.
- "

O Senhor Presidente da Assembleia continuou os trabalhos dizendo enviar as condolências à família do Doutor Mário Soares, seguindo-se um minuto de silêncio em sua memória. Retomados os trabalhos questionou o Senhor Sebastião Mesquita se a resposta da página três da ata anterior não era suficiente para o esclarecer quanto à Esprodouro.

O Senhor Sebastião Mesquita no seu ponto de vista não foi explicação, achou a resposta muito vaga, no entanto se a Assembleia a aceitasse também a aceitava.

O Senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra concordou. De fato a resposta foi sintética, mas até houve membros a dar-lhe os parabéns. Se persistissem dúvidas que lhe dissessem e far-lhe-ia chegar as respostas. O relatório de contas e planos de atividade são aprovados pela ASDOURO logo terá de ser a esta a explicar aquilo que não conseguiu agora explicar. De seguida fez um intervalo de cinco minutos.

De volta aos trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Lourdes Marinho por não ter conseguido terminar a sua intervenção. A Senhora Lourdes Marinho alertou para o facto dos abrigos das paragens dos autocarros, dentro da vila. Quando chove ninguém se consegue abrigar, porque o teto deixa passar as pingas. Quando está vento, não abrigam nada. A rua é muito arejada, podendo colocarem uma proteção acrílica transparente para serem mais confortáveis e não descaracterizar o local. Quanto



aos abrigos do Agrupamento de Escolas, há dois lugares de estacionamento para automóveis assinalados em frente dos mesmos. Os alunos para apanharem o autocarro têm de contornar os veículos que estejam lá estacionados e subirem para o transporte escolar no meio da estrada. O outro assunto é sobre o critério de colocação do Senhor João Oliveira no Museu do Vinho. Qual a categoria que ocupa? Assessor da Coordenadora do Museu, Diretor, Assistente ou dinamizador do Winebar? Podiam, sim, começar a realizar algumas tertúlias, porque é cultural. Não tenho nada contra as pessoas, pelo contrário em diversas campanhas eleitorais foi meu opositor, mas sempre foi corretíssimo e educado comigo, mas a Câmara tem de ter cuidado e transparência nestes recrutamentos. Os Senhores tinham gente aqui com aptidão, com mestrado em Museologia que trabalhou na catalogação das peças, no inventário das mesmas, até na sua disposição organizativa no espaço/museu. Com tanta preocupação com os que aqui trabalham com provas dadas, alguns foram preferidos por alguém que nunca trabalhou na Câmara. Perguntou ainda qual a metodologia que vão aplicar para colocação do pessoal que concorreu aos lugares publicados em Diário da República. A lista de resultados obtidos, divulgada pela Câmara na Prova de Conhecimentos, são um pouco sui-generis. Será que só quem estava ao serviço da Câmara é que teve capacidade para obter nota positiva? Os conhecimentos dos outros concorrentes eram assim tão baixos? Votei a favor no mapa de pessoal para 2017, porque sei a dificuldade de muitos jovens, dos que já ganham algum através de recibos verdes, mas também das expectativas que criaram a todos os outros que nem emprego têm. Refiro-me aos dados apresentados das provas dos concorrentes aos lugares publicados em Diário da República:

- Assistente técnico Administrativo

- 57 concorrentes (desistiram ou não se apresentaram à prova 26 pessoas).

Restam 31. Desses, só quatro obtiveram nota positiva. Nesta categoria vai ser mais difícil ser transparente, ou são precisos os quatro?

- Assistente Operacional (Auxiliar de Serviços Gerais)

- 11 concorrentes (faltaram ou desistiram 7). Só houve uma nota positiva. Os outros quatro não sabiam nada?

- Assistentes Operacionais (Cantoneiro de limpeza, sapador florestal, trolha)

- Apareceram dois concorrentes tendo logo um deles não comparecido, ou só um concorrente se habilitou? A escolha aqui é mais fácil e justa perante a lei.

- Técnico Superior (Professor do 1.º ciclo)

- 4 concorrentes (dois faltaram). Os dois restantes só um obteve nota positiva com 10,785. A outra pessoa acreditam que só tivesse adquirido 1.840 valores?

- Técnico Superior (Gestão Pública)

- 4 concorrentes (2 não compareceram). Dos dois apurados, uma 12,785 valores e o outro 3.900?

- Técnico Superior (Eng. Zootécnica)

- 9 concorrentes (faltaram 4). Dos cinco restantes só uma teve 14.850 valores, os outros não passaram dos 4.960; 2.980; 2.660 e 2.280.

- Técnico Superior (Comunicação Social)

- 12 concorrentes (faltaram 4). Restam 8 para apuramento, desses só houve uma positiva, os outros foram avaliados com 1 a 3 valores e umas décimas.



- Técnico de Informática Adjunto

- 6 concorrentes (faltaram 2). Dos 4 restantes, só um teve 17.315 valores, os outros ficaram-se entre os 3 e os 4 valores e umas décimas.

- Técnico Superior (Serviço Social)

- 33 concorrentes (16 faltaram ou desistiram). Dos 17 restantes, só se registaram duas positivas uma de 10.960 outra de 11.140. os outros 15 foram avaliados de 0.640 até 4.880 valores.

- Técnico Superior (Psicologia)

- 36 concorrentes. (20 não compareceram). Dos 16 a apurar só houve uma positiva com 12.300 valores. Nos restantes 15 as notas mais altas foram 9.560 e 9.510 valores. Os outros viram as suas capacidades rotuladas com 0.470 a 4.420 valores.

Apelo mais uma vez à transparência e, por conhecimento de causa, ao nível de psicologia, só quem está inscrito na Ordem dos Psicólogos pode candidatar-se a lugares publicados em Diário da República. depende também se a licenciatura foi adquirida pré ou pós o acordo de Bolonha. Com estes resultados em todas as categorias, passaram um atestado de incompetência aos candidatos que se sujeitaram às provas. O antigo Presidente da Câmara Senhor João Costa tinha uma política de emprego que até era boa. Dar emprego em primeiro lugar aos naturais do concelho, mas era outro tempo. Hoje têm de ser cumpridos critérios impostos pela lei, mas que também põe barreiras a quem faz o recrutamento. Eu não acredito que os membros do júri, apesar de serem bons técnicos nas suas áreas, tenham competência para avaliar estas provas. Deve haver mais rigor e coloquem nos júris, pelo menos um elemento que seja da área da prova em causa. Ninguém sabe tudo e de tudo.

O Senhor Sebastião Mesquita pediu a palavra referindo só retirar a proposta se trouxessem à Assembleia o parecer vindo da Caixa Geral de Aposentações para a situação do Senhor José Carlos.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara em relação à carta anónima esclareceu que a Câmara não teve custos, foi a Junta e o proprietário que ajustaram tudo. Ao Senhor Silva Fernandes disse ter registado a situação do telefone no dia de tolerância de ponto, para em futuras situações não voltar a acontecer. Deu os parabéns à Senhora Lourdes Marinho pelas palavras ao Doutor Mário Soares. À Senhora Marcolina Sequeira disse saber que não foram atos pessoais, mas discordância com os procedimentos. Quanto aos concursos, e respondendo de forma geral, disse que desde 2009 é o segundo concurso que abre. Esteve trinta anos a trabalhar fora da Câmara e sempre ouviu dizer que as pessoas entravam com padrinho, "daqui a cem anos dir-se-á a mesma coisa". Confia no júri, por isso os nomeou. As provas foram feitas, e claro que as pessoas a trabalhar na Câmara tiveram mais facilidade em realizá-las. Houve um concurso que nem candidatos houve, nos últimos deram conta de um erro e vão cancelá-los. Em relação à nova aquisição do Museu, a pessoa não entrou para Diretor, mas sim para dinamizar o Museu. É uma pessoa válida, com capacidade de liderança, já fez muito por Ervedosa, recuperou os Bombeiros quando o edifício esteve a colapsar. Achou a pessoa ideal para impulsionar o Museu. Nos abrigos da escola já fizeram uma intervenção, o estacionamento existente em frente aos cobertos é estacionamento para autocarros e não para carros, as pessoas podem estacionar, mas o objetivo é para os autocarros pararem, deixarem os miúdos. Ao Senhor Sebastião Mesquita



sobre a colocação do busto no fontanário pareceu-lhe uma proposta de mau tom, o documento da Caixa Geral de Aposentações fá-lo-á chegar. Agradeceu a informação das fotografias referidas pelo Senhor Silva Fernandes, irá fazer uma triagem e corrigi-las. Quanto ao Orçamento Participativo, o Governo irá lançá-lo a nível nacional. Os portugueses com idade igual ou superior a 18 anos podiam decidir como investir três milhões de euros nas áreas da cultura, ciência, educação, agricultura e formação de adultos, optaram por essa opção, sempre poderão trazer dinheiro. Ao Senhor Vítor Tomé e em relação à Transparência Municipal subiram 33 posições. A Transparência Municipal nada tem a ver com os procedimentos concursais, pois o processo está todo inserido no site. Um item que não recebeu votação da parte dos avaliadores da Transparência foi a contratação pública, e o Município tem os concursos públicos todos inseridos no site, bem como na plataforma base.gov.pt. Houve um engano, pois se esse item fosse cotado, o Município teria subido mais lugares no ranking. Estão à espera da EDP para ser analisado um projeto em conjunto com a Pesqueira, Tabuaço e Armamar, se possível fazer um acordo. Tem razão em relação à Rua Direita, no entanto já puseram os mecos várias vezes e são sempre vandalizados. Há mais vândalos que pessoas cívicas. Ao Senhor Vítor Monteiro informou que a opção era retirar o espaço de jardim e colocar algo que substituísse a terra, como está em negociação ainda não foi feita. O muro junto ao Senhor António Toscano também é uma preocupação tendo de ser colmatada. Ao Senhor Eduardo Coelho comunicou estarem a trabalhar no Regulamento. A delimitação das freguesias nada tem a ver com a Câmara, quem as fez foi a CAOP. A forma mais célere de resolver a situação de uma maneira amigável é reunir as Assembleias de Freguesia das aldeias envolvidas. Respondeu ao Senhor Fernando Pereira dizendo haver um problema com a máquina de marcação das estradas, mas que já estava solucionado. Fizeram a marcação em algumas estradas municipais, quanto às nacionais estão a fazer pressão junto das entidades para serem marcadas. A dívida às águas é de 2.870.157,54€, como ainda está em litígio não é dívida real. O Senhor Norberto Vieira interpelou o Senhor Presidente da Câmara em relação à escola, se a Esprodoiro e ASDOURO eram uma ou duas associações em funcionamento. Na sua opinião a ASDOURO como aluga salas deve fazer um acordo com a Caixa Agrícola porque o Património é das duas. Em relação à associação Promopesqueira, até então, ninguém disse nada, gostava de saber qual a situação.

Passada a palavra ao Senhor Sebastião Mesquita disse não ser contra um privado executar a obra, simplesmente as pessoas deviam ser informadas e esclarecidas das situações. O cargo no Museu se é para o dinamizar, tudo bem, esclareça-se. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara referiu que não dissesse que o Senhor João Oliveira fez mais obras do que aqueles que lá estão. "Eu próprio, quando estive na Junta dava o meu ordenado para o Centro de Dia e o Senhor João Oliveira, num mês antes, e um mês depois, utilizaram duzentos e cinquenta mil euros e a obra não apareceu." A proposta feita é séria, disse não a retirar enquanto não lhe chegasse a resposta da Caixa Geral de Aposentações.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Eduardo Coelho tendo este esclarecido aquando das delimitações as Juntas que não tiveram conhecimento. Mas o objetivo era desfazer o que foi feito. Pediu ajuda ao Executivo para a parte técnica e jurídica, afim de resolver a situação.

Ao Senhor Vítor Tomé disse saber da não concordância com o Executivo, daí estar na oposição. O Executivo também fez investimento, construiu o Museu, aumentou a Zona Industrial, arranjou estradas e caminhos nas freguesias. Quanto às delimitações das aldeias disse ao Senhor Eduardo Coelho ter todo o apoio para

resolver a situação da melhor maneira. Respondeu à Senhora Lourdes Marinho os testes terem sido feitos pelo júri. Em relação aos abrigos vai confirmar, a ideia que tem é que em frente aos abrigos é paragem de autocarros.

A Senhora Lourdes Marinho perante a reposta do Senhor Presidente da Câmara acrescentou que sempre lhe responde, quando da aprovação do mapa de pessoal, não ser para colocar tudo de uma só vez. Desta vez o Senhor, por tempo indeterminado já tem o mapa para 2017 todo preenchido.

O Senhor Sebastião Mesquita pediu a palavra e disse não se conformar com a resposta do Senhor Presidente em relação ao documento. Pedia a um funcionário a sua impressão, e fá-lo-ia chegar no momento.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que na altura da reforma do Senhor José Carlos por indicação, assumiram a acumulação de um ordenado com a reforma. Foi feito o pedido à Caixa Geral de Aposentações. Quando veio a resposta foi de imediato cancelado o contrato. O documento já foi em tempos dado a conhecer. O Senhor Silva Fernandes pediu a palavra para constatar não se lembrar da vinda do documento, e custa acreditar que uma pessoa não podendo acumular vencimento com reforma esteja a trabalhar há quatro anos sem ganhar um tostão. O Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação da colocação do busto do Senhor José Carlos, por não auferir vencimento ao longo destes anos. A proposta não foi aprovada.

A Senhora Lourdes Marinho pediu para fazer declaração de voto que se transcreve:

"

1. Por não saber se a pessoa implicada aceitaria tal gesto;
2. Por não poder aferir se o trabalho realizado é ou não voluntariado;
3. Por pelo menos nos últimos séculos XIX e XX, haver mais figuras que deram muito do seu valor e ação ao concelho e não terem um busto na vila;
4. Só poder votar de votar de modo diferente se tiver certezas.
5. "

O Senhor Silva Fernandes em declaração de voto disse não acreditar que o Senhor José Carlos esteja a trabalhar sem receber.

O Senhor Vítor Tomé espera não incorrer em nenhum erro, mas acha que o Senhor José Carlos estaria a receber dois mil e quinhentos euros. Alguém, durante quatro anos não beneficiar desse valor, independentemente de querer ou não, merecia, sem dúvida o busto. Pensa ninguém acreditar na Assembleia que o Senhor não receba nada.

Na sua declaração de voto o Senhor Sebastião Mesquita esclareceu não ter nada contra o Senhor José Carlos, mas para haver mais transparência em relação aos assuntos do Município. A Câmara quando pediu o parecer já lhe estava a pagar um ordenado.

#### **Ponto 1 – Apreciação da Atividade Municipal.**

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou o ponto abrindo inscrições para o mesmo.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu em relação à situação financeira, dividas a terceiros no valor de 3.407.058,07€ está incluída a dívida às Águas, essa dívida tem o valor de 2.870.157,54€. Retirando ao valor a dívida às Águas, a situação financeira, tinha o valor de 536.900,53€ encontrando-se nos valores normais. A dívida às Águas está em litígio, uma parte da dívida é reconhecida por parte da Câmara, outra não, daí continuar em litígio prolongando-se desde janeiro de 2011. Houve um compromisso com a Ministra do Ambiente para haver uma

uniformização de valores. Deu o exemplo dos Municípios afetos às Águas do Douro e Paiva pagarem quase metade do valor em relação aqueles que pagam às Águas do Norte, como é o caso deste Município. Se a dívida fosse paga a cinco anos o Município não iria cumprir. Ao conseguirem um pagamento faseado seria melhor, por isso interessa-lhes manter em via judicial, afim de conseguirem através de um contrato ou protocolo um pagamento a vinte ou vinte cinco anos.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para este ponto. Inscreveram-se as Senhoras Lourdes Marinho e Marcolina Sequeira e os Senhores Paulo Bito, Silva Fernandes, Vítor Monteiro, Vítor Tomé e Fernando Pereira.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra à Senhora Lourdes Marinho. A Senhora Lourdes Marinho sobre a colocação do fontanário histórico no Largo dos Paços do Município, achou uma boa ideia, sugerindo que, para além de conservarem a saída original da água, podiam embelezá-lo com outros efeitos de água e luz para lhe dar mais realce. No capítulo educação, perguntou a quem fora fornecido o material de trabalho sensorial e terapia Snoezelen. Nas atividades de melhoramento nos corredores afetos às lojas no edifício do Mercado Municipal salientou que com a autorização de alteração da entrada para duas lojas, deixou de ser feita pelo corredor, sacrificaram duas lojas ainda existentes, que ficaram com um muro em frente não podendo ter outro acesso a não ser pelo corredor existente. Não terão alternativa para beneficiar essas lojas. Numa outra loja ao fundo do acesso que era para todos igual, deixaram abrir uma janela que não existia, abrindo precedentes. No trabalho realizado pela Proteção Civil de distribuição de um cobertor e um saco cama a cada munícipe que habitasse em edifícios com problemas de conforto térmico encontrou a ideia válida, no entanto sugeriu que para mitigar os efeitos da vaga de frio, a Câmara poderia propor à EDP (como contrapartida dos estragos causados ao Património Natural com a colocação das torres), a instalação de aquecimento nas habitações de famílias economicamente carenciadas, no âmbito do projeto que estão a publicitar nas freguesias com a denominação "Casa Inteligente EDP". A Câmara procederá a uma inventariação criteriosa, das casas a necessitar de intervenção em todo o concelho e a EDP era solidária minorando as condições de desconforto de quem não tem possibilidade para melhor viver.

Passada a palavra à Senhora Marcolina Sequeira esta voltou a referenciar a não colocação do Programa Municipal de Beneficiação de Habitação na Atividade Municipal. Disse estar a acabar o mandato e era bom saberem as obras feitas. Perguntou se existe algum Regulamento do complexo desportivo. Frequenta o mesmo e o *Modus Operandi* varia de pessoa para pessoa. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara disse não aceitar como resposta "é uma questão de opinião", pois a Assembleia Municipal é o órgão ao qual o Executivo presta contas, e como tal, tem que dar respostas capazes e satisfatórias.

O Senhor Paulo Bito iniciou a sua intervenção cumprimentando a Mesa na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e colegas Membros da Assembleia Municipal. Deixou duas notas, uma delas foi no final do ano de 2016 saírem os resultados das exportações do concelho. O nosso concelho exportou em 2013 cerca de quatro milhões de euros, em 2015 cerca de cinco milhões e seiscentos mil euros. Em termos de estatística resultou de uma variação percentual positiva de cerca de 40%. Na CIMDouro posiciona-se na sétima melhor variação, são dezanove, em termos numéricos. Disse ser um indicador importante, demonstra bem o potencial de desenvolvimento e investimento do nosso concelho. Parabenzou o Executivo pela expansão da Zona Industrial. Concluiu a sua intervenção informando S. João da

Pesqueira ser a nível nacional o concelho a deter a maior área de saneamento de águas residuais e abastecimento de água, notando-se a preocupação do Executivo ao implementar essa cobertura, indo ao encontro das falhas existentes como o início da construção do saneamento básico no Bairro da Canelha.

Passada a palavra ao Senhor Silva Fernandes disse que no empreendedorismo foi aprovado o mapeamento da Zona Industrial, deixando a sugestão de haver organização em termos de arquitetura, imagem e materiais. Conhece muitos parques industriais, o da Pesqueira parece-lhe estar fora disto tudo. Em relação às estradas e quanto à insistência junto do Ministro das obras públicas, comentou se há gelo o Executivo manda deitar sal-gema nas estradas, é um risco. Questionou se a proteção civil não poderia assumir a marcação nas estradas, a falta dela é tão perigoso quanto o gelo. Terminou a sua intervenção dando os parabéns ao Executivo, pois de novembro até então, a não se enganar nas contas, a Câmara pagou quinze mil euros por dia.

O Senhor Vítor Monteiro pediu esclarecimentos relativamente à saúde, se os tratamentos vão ser totalmente gratuitos.

Passada a palavra ao Senhor Vítor Tomé disse valorizar a insistência em relação à marcação das estradas. O perigo é para os munícipes, se a Câmara andou a marcar a Avenida Marquês de Soveral, também podia marcar as estradas com mais perigo. Questionou onde fica o Lugar do Convento onde decorre o concurso público. Quanto às placas colocadas a sinalizar os principais pontos de S. João da Pesqueira ficariam melhor numa vila Medieval, como Penedono. Deviam ter convidado uma empresa para inicialmente fazer um estudo do que ficaria melhor na vila. Há uns tempos atrás colocaram os números de polícia e nomes de rua e agora já estão de cores diferentes, na sua opinião não se enquadra. O processo de geminação entre a Pesqueira e Javrezaz devia vir mais especificado na Atividade Municipal. Ficou a saber que a construção em alguns lotes ainda não foi realizada porque lhe disseram que a Câmara não despacha os processos. Referiu o Senhor Moutinho querer ter construído, bem como o Senhor do Centro de Inspeções, aquando da inspeção por parte da Câmara, o Senhor Engenheiro Maduro nem lá aparecia. Achou muito desagradável isto acontecer, pois se é para dinamizar o concelho, as pessoas deviam ser ajudadas. Deu o exemplo de em Sernancelhe estar a ser construído um grande pavilhão. Dúvida que já pudesse estar a ser construído, mas como é para dinamizar, a Câmara leva o proprietário nas palmas das mãos.

O Senhor Fernando Pereira questionou o Senhor Presidente em relação à dívida das águas. Quis saber se a Câmara foi condenada ou continua em processo. Se foi condenada qual o valor a pagar, pois na lei há uma condição máxima de cinco anos dos Municípios para pagamento da dívida às Águas. Não é fácil depois do litígio ter um prazo mais dilatado. Já experienciou quatro ou cinco situações idênticas, de Municípios vizinhos e, se a Câmara tivesse de pagar iria sofrer um impacto na capacidade de investimento "o futuro está à porta e necessitamos de fundos para investir".

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara começou por responder à Senhora Lourdes Marinho dizendo que na altura, tiveram de retirar o fontanário pois não era pertence da Câmara. Agora que o colocaram vão tentar embelezá-lo. À Senhora Marcolina Sequeira pediu desculpa de não ter entregue antes, mas tinha na sua posse o documento, fazendo-lho chegar. O Regimento do complexo desportivo existe, estão a trabalhar nele, se alguém tiver mais sugestões agradece que lhe as façam chegar. Ao Senhor Paulo Bitó disse o Executivo não fazer tudo errado,



também fazem muita atividade boa para o concelho, estando sempre atentos às necessidades. Agradeceu a sugestão do Senhor Silva Fernandes e todas as que possam chegar, umas conseguem concretizá-las outras não. Respondendo ao Senhor Vítor Monteiro esclareceu ser um protocolo, ainda a ser trabalhado entre o ACES e as Câmaras da Pesqueira, Tabuaço e Moimenta. O objetivo é reativar a estomatologia no Centro de Saúde da Pesqueira e para isso a Autarquia somente tinha de adquirir a cadeira. Elucidou o Senhor Vítor Tomé que a intervenção na estrada 222, é diferente da intervenção na Avenida Marquês de Soveral. Não é fácil fazer essa marcação. A colocação de sal-gema nas estradas nacionais fica a cargo da Câmara, pois para as estradas de Portugal é difícil a sua colocação. Da mesma maneira que é difícil para a Câmara fazer a marcação das estradas nacionais, daí a insistência ao Senhor Ministro afim de tentar influenciar a entidade. O Executivo achou a geminação uma mais-valia para o concelho. O Município foi lá, eles vieram cá, estando a dar-se os primeiros passos. Quanto à Zona Industrial o Senhor do Centro de Inspeções foi ajudado, a Câmara fez pressão junto das entidades, inclusive no IMT, foi com rapidez que tudo fora feito. Não tem conhecimento de nada a obstruir o avanço na construção dos novos lotes. No caso do Senhor Moutinho tem ideia da vinda dele a pedir uma opinião e foi-lhe dada. Muitas vezes despacha pareceres e vão à própria reunião de Câmara para acelerar os assuntos, não registando nenhuma obstrução no avanço da construção. O Lugar do Convento é o local onde a feira quinzenal se realiza. Ao Senhor Fernando Pereira disse ter tido uma reunião com as Águas de Portugal, o Professor Mota e Costa aconselhou a deixar ir para contencioso para poder haver um acordo. Se o acordo for a cinco anos vai haver a altura que um vai deixar de receber e o outro vai deixar de pagar "não há milagres". Se pudessem receber a dez, quinze anos, era ótimo, o Município conseguiria respirar com alguma saúde financeira.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para esclarecimento de dúvidas.

A Senhora Marcolina Sequeira pediu a palavra para pedir quando o Regulamento do complexo desportivo estivesse pronto pô-lo em funcionamento. Apelou para a marcação da estrada de Soutelo pois não é nacional.

De seguida a Senhora Lourdes Marinho perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se tinha registado a sua chegada da EDP e que não tinha respondido à pergunta do equipamento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Vítor Tomé. Este questionou se era a obra de requalificação do espaço da feira.

O Senhor Sebastião Mesquita esclareceu em relação à intervenção do Senhor Paulo Bito, que só a produção base do Vinho do Porto do concelho representa cerca de quinze milhões.

O Senhor Presidente da Câmara disse à Senhora Marcolina Sequeira quando entrasse em funcionamento o Regulamento seria igual para todos. Como disse na última Assembleia, a máquina está a correr o concelho, fazendo as marcações. Está atrasado devido à chuva. À Senhora Lourdes Marinho respondeu que o equipamento foi fornecido ao Agrupamento e para a terapia da fala. Ao Senhor Vítor Tomé esclareceu que o valor do projeto é cerca de setecentos e tal mil euros, estiveram à espera do programa Norte 2020 e que a respetiva componente financeira viesse.

O Senhor Vítor Tomé pediu a palavra para dizer que esta obra é importante e merecia outro destaque na Atividade Municipal, pois não se tratava de uma simples atividade do CAST.

O Senhor Paulo Bito perante a correção do Senhor Sebastião Mesquita referiu o concelho ter o segundo lugar na CIMDouro, uma posição bastante mais interessante.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que em frente aos abrigos existem quatro locais para os autocarros procederem à entrada e saída dos alunos. Não são estacionamentos para carros, mas sim para autocarros.

A Senhora Lourdes Marinho esclareceu não ser estacionamento para autocarros, mas sim dois parqueamentos para dois automóveis ligeiros em frente dos abrigos. Terminadas as intervenções o Senhor Presidente da Assembleia solicitou a aprovação em minuta da missiva tendo sido aprovada por unanimidade.

**ENCERRAMENTO:**

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às dezoito horas e trinta minutos agradecendo a presença de todos e desejando um bom resto de dia e um bom Carnaval. Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata, que depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

